

Branquitude e o cuidado em saúde

Whiteness studies and health care
La blancura y el cuidado de la salud

Camila Athayde de Oliveira Dias^(a)

<camila.athayderj@gmail.com> 

Cristiane Batista Andrade^(b)

<cristiane.andrade@fiocruz.br> 

^(a) Pós-graduanda do Mestrado Acadêmico em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Rua Leopoldo Bulhões, 1.480, Manguinhos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 21041-210.

^(b) Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, ENSP, Fiocruz. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

O livro “O pacto da branquitude”¹, escrito por Cida Bento (Maria Aparecida Bento), lançado no ano de 2022 pela editora Companhia das Letras, discute a branquitude na sociedade brasileira, especialmente sobre o pacto narcísico e os acordos tácitos de brancos(as) para a manutenção das relações de poder centralizadas nas relações de trabalho. A autora é psicóloga e atua desde o ano de 1990 no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Desde o seu doutoramento tem dialogado com a temática da branquitude e a formação da sociedade brasileira. Suas contribuições versam sobre a necessidade de pensá-la por meio das implicações individuais e coletivas, sobretudo de pessoas brancas privilegiadas em uma sociedade permeada pelas violências raciais.



Bento C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

A obra conta com uma introdução, dez capítulos e um epílogo que apresenta uma linguagem palatável, apesar do conteúdo bastante denso. Já nas primeiras linhas da introdução, Cida Bento traz a sua vivência como uma mulher negra e mãe. Ao perceber o incômodo de seu filho em escutar de seu colega de escola que ser negro era uma vergonha, elencou uma lista dos motivos pelos quais a desonra de ser branco e ter escravizado a população negra deveria estar no cerne do debate. Além disso, retrata por meio de sua experiência como psicóloga organizacional quanto os cargos empresariais são assumidos, em sua maioria, por homens brancos. E mesmo em postos de trabalho socialmente considerados “de mulheres”, retrata que, no caso de secretárias, por exemplo, são as brancas que os ocupam. A autora discute também o não acolhimento e os tratamentos diferenciados na sua vida escolar e profissional, que apontam ações da supremacia branca na manutenção do *status quo* das relações raciais na sociedade brasileira.

No capítulo 1, “Pacto narcísico”, Cida Bento elucida esse conceito já trazido em seu doutoramento como aquele que está relacionado à manutenção dos privilégios brancos.

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele¹. (p. 18)

Dessa forma, coloca o silenciamento como uma forma de permanência dos privilégios brancos e, ao mesmo tempo, a meritocracia subjuga os discursos de que basta o desejo individual para ter ascensão social, econômica e cultural. Essa reflexão de Bento faz pensar nos modos de como a ideia de meritocracia está articulada com o apagamento da conscientização do racismo estrutural, das desigualdades sociais e educacionais e das exclusões da população não branca. Outro ponto é sobre os efeitos do processo de escravização não apenas para a população negra, como seus sofrimentos e resistências, mas especialmente aos brancos, já que se beneficiam dessa forma de exploração e de violências contra os povos originários e africanos.

No Capítulo 2, “Branquitude e colonização europeia”, Cida Bento apresenta dados oficiais que explicitam as desigualdades no mercado de trabalho entre brancos e negros como, por exemplo, o fato de negros ganharem menos e trabalharem mais em postos de trabalho subalternizados, o que está estreitamente relacionado ao processo de escravização e aos artifícios da branquitude na manutenção do poder. Se por um lado a população negra teve a sua vida expropriada pelo modo de produção capitalista e colonial, por outro os brancos se beneficiaram dessa exploração. A vinda de migrantes europeus para o Brasil após a abolição da escravatura também influenciou nos pactos da branquitude.

É ao longo da história que se forja o “sistema meritocrático” em que um segmento branco da população vai acumulando mais recursos econômicos, políticos, sociais, de poder que vai colocar seus herdeiros em lugar de privilégio¹. (p. 35)

No terceiro capítulo, “Capitalismo racial”, a autora realça o processo de colonização pela exploração dos europeus e a “modernidade” que trouxe as hierarquias de

gênero e raça ao sul global. Nesse sentido, oferece reflexões sobre os modos como os movimentos negros brasileiros foram construindo suas (re)existências diante da omissão do Estado e das diversas violências coloniais sofridas, sobretudo por meio dos quilombos como espaços de memória, cultura e ações coletivas contra o racismo. O capitalismo racial é discutido em suas análises porque por meio dele a sustentação do capitalismo se deu e ainda se mantém pelas explorações de raça/etnia e de gênero dos povos colonizados. Esse assunto também é trazido por Ângela Davis quando sinaliza que os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres negras são expropriados e contribuem para o *modus operandi* do capitalismo².

O Capítulo 4, “Personalidade autoritária, masculinidade branca e nacionalismo”, oferece a discussão sobre os crimes de “colarinho branco”.

[...] com frequência políticos e empresários não são punidos, embora existam legislação e ferramentas para puni-los, e os estudiosos destacam que uma das dificuldades está em enxergar esse perfil de pessoa como o de um criminoso¹. (p. 47)

Ao passo que a grande concentração de negros(as) no sistema penitenciário é uma realidade que está relacionada, dentre outros fatores, com as ações do pacto narcísico da branquitude, já que o judiciário brasileiro é predominantemente branco. A autora reitera também que a masculinidade branca e o nacionalismo operam nos discursos e nas ações políticas, como no caso do trumpismo e do bolsonarismo, com vistas à manutenção da supremacia branca. Portanto, não é incomum que com a ascensão da extrema direita em diferenciados contextos mundiais, os discursos genocidas, misóginos, LGBTIfóbicos, racistas, xenófobos e de armamento da população são realidades que colocam em xeque a democracia e a perpetuação das violências raciais.

No Capítulo 5, “O campo de estudos sobre branquitude”, a autora apresenta histórico sobre os principais estudos nessa área a partir da primeira onda, quando a supremacia branca, o racismo institucional e o preconceito racial nos Estados Unidos são trazidos por pesquisadores(as) negros(as), sobretudo por Du Bois. Já na segunda onda, as discussões estavam em torno dos privilégios brancos, assim como suas representatividades em postos de poder e com visibilidade social. Na terceira, as contribuições de estudiosos(as) estão no diálogo sobre as reações de pessoas brancas perante a presença de pessoas negras em lugares de poder.

A “vitimização” da branquitude e as diferentes manifestações dos grupos brancos que se sentem ameaçados e perdendo o que entendem ser “seus direitos” se revela nesse período¹. (p. 57)

Esse aspecto está vinculado ao “preconceito racial às avessas” (p. 57), que explica as críticas às ações afirmativas, especialmente pelos(as) brancos(as). Outro ponto de vista relacionado ao contexto são os discursos e ações supremacistas brancas e vinculados à masculinidade, que pactuam com as violências raciais em diferentes lugares do mundo.

O sexto capítulo, “Racismo institucional,” explicita as *nuances* das expressões do racismo tanto individuais quanto institucionais por meio das evidências

encontradas no contexto social brasileiro de discrepante desigualdade. Cida Bento começou a estudar o racismo institucional nos anos 1990 e pesquisou, no Mestrado e no Doutorado, as diferenças de raça e gênero no ambiente de trabalho, tanto em instituições públicas quanto privadas, para compreender de que forma essas desigualdades se desencadeiam. Para isso, observou duas categorias profissionais que fundamentam as organizações: trabalhadoras e trabalhadores; lideranças intermediárias e recursos humanos. Durante seu trabalho em pesquisa ela parte de uma observação multidisciplinar da Psicologia Organizacional para pensar as relações em ambiente corporativo. São apontados os aspectos falaciosos da área de recrutamento e seleção como “neutralidade e objetividade” (p. 72) nas análises dos processos seletivos. Quando se trata de negros ocupando cargos mais elevados, o desconforto e a irritação aparecem pelo julgamento: a autoridade representada pela figura de uma pessoa negra tende a ser compreendida como “fora de lugar”. Isto é, mesmo em um espaço da vida profissional, a ocupação de negros tende a ser compreendida como uma espécie de invasão de “espaço privativo” (p. 74). Por outro lado, é identificado que pessoas negras em processos de ascensão profissional ficam receosas com as interferências que sofrem nas decisões de seus trabalhos. Além de ações discriminatórias, é possível verificar racismo institucional pelas estatísticas que revelam o quadro de funcionários, os perfis de chefia e as figuras representativas em materiais produzidos para divulgação institucional. Além da imutável realidade de que mulheres negras ocupam cargos inferiores e funções subalternas específicas, como o trabalho doméstico.

O sétimo capítulo, “O caso das mulheres”, aborda as questões raciais no que diz respeito às condições que atravessam a vida profissional delas. Cida Bento postula que há uma racialização das ocupações profissionais e que as mulheres negras, além de minoria em cargos de liderança, ainda atuam majoritariamente como trabalhadoras domésticas. Aponta ainda importantes observações sobre desdobramentos da branquitude em relação ao trabalho que vale a pena destacar: o incômodo causado às patroas sobre a ampliação de direitos das trabalhadoras pela PEC das domésticas; a seletividade institucional na admissão de trabalhadoras que rejeita mulheres negras pela aparência; e o apagamento da racialização do trabalho em pesquisa acadêmica, cuja pesquisadora branca alegou não mencionar condições de trabalho entre mulheres negras devido ao “caráter dramático” de suas histórias de vida, o que deslocaria a temática de gênero e trabalho. No entanto, a autora contrapõe e argumenta que é impossível falar sobre trabalho e gênero no Brasil sem racializar a discussão e que, apesar dos constantes apagamentos, existem estudos brasileiros importantes sobre a temática desde a década de 1970 lançados por diversos movimentos sociais de feministas negras, entre elas nomes importantes do pensamento social brasileiro, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

No capítulo 8, a autora expõe as intenções do Ceert em consolidar-se como uma instituição de pesquisa e intervenção para ampliar e desenvolver diagnósticos de equidade em instituições públicas ou privadas a fim de minimizar as diferenças sociais. Cida Bento foi peça fundamental no seu desenvolvimento por sua experiente trajetória em liderança na área de recursos humanos. Os avanços do Ceert nas propostas de perspectivas institucionais começaram mediante formações direcionadas aos movimentos sindicais, até que finalmente expandissem às empresas ao longo do

tempo. Esse processo foi marcado por tensionamentos raciais desde o início em muitos âmbitos, já que mesmo nas bases sindicais a compreensão racial branca era tomada pela noção de sujeito universal: ainda que os debates de classe existissem, as questões raciais eram inexistentes, já que as lideranças permaneciam concentradas nos homens brancos. Os desconfortos da branquitude ficam expostos ao se questionar a disparidade de lideranças brancas e negras mesmo em ambientes sindicais, onde se luta por igualdade, tamanha a naturalização do racismo.

O capítulo 9, “Projetos de transformação”, aborda algumas *nuances* das políticas de diversidade e equidade nas organizações que, apesar dos tensionamentos, avança discretamente. No entanto, apesar de haver políticas de inclusão nas empresas, elas tendem a ser focadas mais em inclusão de gênero e pessoas com deficiência. Por isso, é preciso estar atento ao que o conceito de “diversidade” abrange, já que ele pode tanto enviar políticas de inclusão quanto relativizar opressões e isso pode apagar as dimensões históricas do racismo. Comenta também o modo como a discriminação racial impacta as trajetórias de corpos pretos e cita alguns importantes exemplos, como a evasão escolar, que tende a ser superior entre crianças e adolescentes negros; e o comprometimento do desempenho educacional, que sofre interferências por variados fatores, alguns deles a qualidade das escolas, o ambiente doméstico e/ou o acesso a materiais de apoio. Todas essas questões interferem nas políticas de equidade porque existem atribuições de valores diferentes aos grupos raciais, e esses juízos de valor funcionam como um crivo a quem pode ter acesso a espaços de qualidade e a quem não pode. O perfil estético considerado apropriado ao trabalho relaciona-se com características que estão diretamente associadas a pessoas brancas: cabelos alisados, roupas pouco coloridas. Sobre o cabelo, vale acrescentar a reflexão que a autora faz sobre a presença dos cacheados, crespos, volumosos e assimétricos nas empresas. Eles representam a ocupação da negritude em espaços que a branquitude assume como de sua exclusividade. E para a branquitude, tolerar a presença negra em “seus” espaços é condenar a qualidade de seu bom funcionamento. Lidar com essa “fragilidade branca” (p. 112) requer compreender os desafios envolvidos em provocar tensionamentos a comportamentos raciais escamoteados, como reconhecer que existem oportunidades diferentes a cada grupo racial; aceitar pessoas negras em cargos de liderança ou serem racializados, já que o branco é o “humano”. Esse apagamento racial do branco impede que se discutam questões raciais de maneira mais aprofundada.

O último capítulo, “O momento presente”, fala da urgência em escrever esse trabalho em um período de intensa polarização social, que reforça a hegemonia branca por meio da política econômica neoliberal, bem como pontua os impactos da pandemia da Covid-19 sobre as diversas áreas do trabalho. A precarização dos direitos trabalhistas desarticulou as negociações coletivas, derrubou uma série de direitos, sucateou o Ministério do Trabalho e desencadeou a ascensão da “uberização” do trabalho. A crise político-econômica reforçada pelo contexto de crise sanitária aumentou o desemprego e relegou aos jovens negros os postos de trabalho uberizados, como entregas e serviços de motorista por aplicativos. Os negros também foram as maiores vítimas entre os mortos pela pandemia. Na conclusão, Cida Bento explicita os sentidos das suas reflexões sobre os pactos narcísicos que sustentam a branquitude. Isto é, os acordos tácitos assumidos como naturais que foram historicamente herdados

pelos descendentes de escravocratas e que lhes garantiu a autoestima de um “grupo vencedor” sobre o “grupo vencido”, os negros. Por isso, é preciso que se deflagre a cumplicidade silenciosa da branquitude não apenas entre os brancos, mas que seja reconhecido que as instituições são mantenedoras e transmissoras desses acordos que mantêm a concentração de acesso a lugares de poder às mesmas pessoas.

No epílogo, “Exercitando a mudança – vidas negras importam”, Cida Bento explica que o movimento *Black lives matter* é sobre reconhecer que histórica, social, econômica e culturalmente houve um acúmulo de desvantagens raciais que se desdobram até hoje em muitos níveis, desde acordos tácitos excludentes até políticas de extermínio, que enxergam corpos pretos (e pobres) como alvos. Não se trata de defender uma hegemonia preta aos moldes da supremacia branca, muito pelo contrário: é preciso defender a pluralidade de acessos e direitos de existência em diversos níveis. No campo institucional, apesar dos avanços, eles ainda são pontuais e demandam articulações dos movimentos sociais, sindicatos e organizações negras que exijam condições de trabalho mais justas.

Apesar de o livro não ter abordado a questão das práticas e das políticas de saúde no Brasil, por não ter sido objeto da autora, ele proporciona articulações teóricas para o diálogo de como a gestão em saúde (políticas de saúde, formação profissional, financiamento do SUS, práticas educativas em saúde, dentre outras) pode e deve discutir a branquitude como uma construção histórica, social e cultural na sociedade brasileira. Compreender as interfaces da branquitude para (re)pensarmos seus efeitos deletérios e as formas de se fazer coletivamente uma política antirracista é um caminho em (des)construção.

Dessa forma, pensar e agir na formação em Saúde Coletiva é compreender que essas reflexões sobre as pautas raciais e de constituição da sociedade brasileira são trazidas ao mundo acadêmico mediante as políticas públicas de cotas, em que corpos não brancos passam a ocupar os espaços de reflexões e de ações das produções científicas na área de Saúde. Em outras palavras, essas análises sobre a branquitude se intensificam à medida que corpos não brancos passam a ocupar espaços de poder e produzir demandas por produções de conhecimento contra-hegemônico. Com isso, a proposta é de que cada vez mais sejam asseguradas as políticas públicas de cotas, com investimentos no acesso à formação de nível superior, bem como a garantia da permanência de corpos subalternizados³.

Outra reflexão que a obra permite é sobre os silenciamentos do pacto da branquitude que perfazem as inúmeras facetas do racismo e a área da Saúde. Com isso, é urgente a discussão da formação de profissionais de saúde e a elaboração e implementação de políticas públicas para o exercício de ações antirracistas. Por esse lado, a negligência nos atendimentos em saúde à população negra e/ou indígena, os efeitos da necropolítica nas vidas das pessoas e a formação de trabalhadores(as) em saúde pautada na abordagem eurocentrada e branca, e o enfrentamento do pacto narcísico da branquitude são algumas expressões a serem reavaliadas no pensar e fazer em saúde⁴.

Outro destaque que a obra proporciona são as reflexões das “ausências” do pensamento social brasileiro nas universidades, como a presença de autores negros,

quilombolas e indígenas que trazem a perspectiva histórica da (de)colonialidade, sobretudo na formação de trabalhadores(as) em saúde e suas implicações para o saber fazer em saúde, a fim de garantir o cuidado em sua perspectiva diversificada e afetada pelas singularidades individuais e coletivas.

Analisar os discursos e as ações da branquitude no trabalho em saúde é colocar, sob o ponto de vista das relações raciais, a necessidade da formação profissional para que as políticas de saúde tenham em sua centralidade as pautas antirracistas. Além disso, faz-se importante a compreensão de que as trajetórias profissionais são influenciadas pela histórica divisão racial e sexual do trabalho, sobretudo no Brasil, pois o racismo e o sexismo são expressos nas diferenciações das condições de trabalho e nos percursos⁵ de profissionais de saúde. Ao mesmo tempo é possível, após a leitura dessa obra, incentivar os processos de racialização como trabalhadoras, estudantes, professoras da área da Saúde e o reconhecimento de nossos privilégios como feministas brancas para contribuir com políticas antirracistas.

Contribuição dos autores

Ambas as autoras participaram ativamente de todas as etapas de elaboração do manuscrito.

Financiamento

A primeira autora é mestranda e bolsista Capes.

Conflito de interesse

Ambas as autoras não têm conflito de interesse a declarar.

Direitos autorais

Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional Creative Commons 4.0, tipo BY (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR).



Editor

Antonio Python Cyrino

Editor associado

Lucas Pereira de Melo

Submetido em

15/08/22

Aprovado em

10/10/22



Referências

1. Bento C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.
2. Davis A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo; 2016.
3. Gonçalves LAP, Oliveira RG, Gadelha AGS, Medeiros TM. Saúde coletiva, colonialidade e subalternidades - uma (não) agenda? Saude Debate. 2019; 43 Esp 8:160-74.
4. Medeiros TM, Silva MX, Silva RDFC. Colonialidade e a branquitude: apontamentos para quebra dos pactos de silêncio na saúde. Em Constr. 2021; (9):105-25. doi: <https://doi.org/10.12957/emconstrucao.2021.55233>
5. Gonzalez L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar; 2020.